

Piaget e a Filosofia

Maria Aparecida Viggiani Bicudo*

FREITAG, Bárbara. *Piaget e a filosofia*. São Paulo, Editora da UNESP, 1991.

Bárbara Freitag nos presenteia com o livro *Piaget e a Filosofia*, composto por uma introdução e três ensaios — “Rousseau e Piaget: Afinidades Eletivas,” “Kant e Piaget; Razão Teórica e Razão Prática” e “Piaget e Habermas: Uma Nova Teoria do Eu”. A autora expõe, com clareza, aspectos da obra de Piaget que, há tempo, chamavam por ser visto e apontados por pesquisadores competentes. Tratam esses aspectos de suposições, crenças, visões de homem, de mundo, de ciência que fazem parte da rede de conhecimento construída por esse autor e colaboradores, mas que, na grande maioria, permanecem obscuros, envolvidos nos próprios procedimentos científicos adotados e pelas argumentações tecidas articuladamente. Dada tal obscuridade, ao leitor de Piaget fica difícil, muitas vezes, compreender suas concepções de ciência, de Sociedade, de *Eu*, pois elas estão envoltas em concepções próprias do pensar da época moderna, eminentemente positivista e, ao mesmo tempo, envoltas em algumas idéias presentes no modo *pós-moderno* de conceber a ciência. Estas últimas dizem da procura de não particularizar o todo, mas olhá-lo de maneira abrangente, fazendo da história e da dialética concepções nucleares. A dificuldade

apontada cresce à medida que o leitor depara com a terminologia própria à obra piagetiana, a qual deve esforçar-se por compreender e dominar para que possa compreender a idéia veiculada.

O livro de Bárbara Freitag contribui decisivamente para o esclarecimento dessas concepções. Já na introdução, ao mencionar *Sagesse et Illusions de la Philosophie*, aponta o âmago do porquê do afastamento de Piaget da filosofia. Afirma que, basicamente, há três razões para isso. A primeira “consistiu na constatação de uma certa *desonestidade intelectual* dos filósofos que, para justificarem uma tese, mesmo que duvidosa, *arranjavam* a apresentação de tal modo que ela pudesse parecer mais evidente” (p. 8). Para evitar esse problema, Piaget sugere “o controle metódico e verificável das afirmações feitas sobre fatos a fim de assegurar a objetividade” (p. 8). Essa passagem põe claramente a opção piagetiana pela filosofia positivista de fazer ciência: explicita a crença na neutralidade do cientista, neutralidade essa assegurada pelo controle metódico e verificável das afirmações feitas sobre fatos. A segunda razão que levou Piaget a se afastar da filosofia, diz Freitag, é a “reflexão solitária do filósofo que corre o risco de ser vítima de seus desejos inconscientes, muitas vezes ligados aos valores intelectuais e morais do seu tempo” (p. 8). Para evitar esses riscos, sugere que o cientista submeta suas idéias ao controle da comunidade científica, para assegurar a *intersubjetividade*. Entretanto, o ponto focal não é a intersubjetividade no sentido de diálogo, de troca de idéias entre sujeitos

* Professora-titular de Filosofia da Educação da UNESP e vice-presidente da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa.

pensantes, partícipes de uma mesma comunidade, mas o *controle*, de tal modo que surge a regra essencial de “jamais colocar as questões se não em termos tais que a verificação e o acordo sejam possíveis, uma verdade só existindo enquanto tal a partir do momento em que foi controlada (e não simplesmente aceita) por outros pesquisadores” (p. 8). A terceira razão de tal afastamento é a “surpreendente dependência de correntes filosóficas das conjunturas políticas e das transformações sociais que ocorrem nas sociedades” (p. 8). Isso leva a pensar que ele não vê a própria ciência como estando enredada na trama da conjuntura política e das transformações sociais, mas que a vê neutra, isenta de valores e ao cientista como não-sujeito a tendências irracionais (inconscientes?).

No ensaio “Rousseau e Piaget: Afinidades Eletivas”, Bárbara Freitag aborda, em uma primeira etapa, a gênese da razão e da consciência moral, o conceito de natureza e sociedade e em uma segunda etapa, procura examinar em que sentido o resgate das raízes do pensamento de Piaget, buscadas no Iluminismo em geral e no pensamento de Rousseau em especial, pode ter consequência fora e dentro do Brasil. Freitag mostra que a raiz da idéia de *razão*, tal como concebida por Piaget, já pode ser encontrada no Iluminismo, séc. XVIII. Afirma: “Piaget admite que Rousseau antecipa, em pleno século XVIII, a tese da *gênese da razão*, que somente pôde ser confirmada e fundamentada experimentalmente por ele e sua equipe no século XX” (p. 18). Faz aproximações entre as etapas de desenvolvimento rousseauianas e os estágios do desenvolvimento cognitivo piagetiano, e entre os conceitos de natureza desses autores.

Nessa análise, um fato que merece destaque é o esclarecimento que Bárbara Freitag faz sobre o conceito piagetiano de sociedade, ao compará-lo com aquele de Rousseau. Enfatiza que nesse autor há uma complementaridade entre “*Émile*” e o *Contrato Social*, pois ele vê a relação entre projeto pedagógico e projeto político como essencial. Em Rousseau, o conceito de sociedade é normativo. “Seu *Contrato Social* é um projeto de sociedade que permite concretizar no futuro uma sociedade igualitária e justa” (p.37). Sociedade é, para ele, um conceito político e histórico. Diferentemente”, a rigor Piaget passou a evitar o conceito de sociedade. Quando inevitável, esse conceito aparece na teorização de Piaget e sua Escola sob três formas: 1) enquanto *meio*, no qual age e interage a criança; 2) enquanto *Grupo Social*, no qual se movimenta a criança; 3) enquanto objeto de reflexão dos sociólogos” (pp. 34-35). O *meio social* é visto por ele como um reservatório de matéria-prima, do qual a criança retira o material necessário para *construir* suas estruturas de pensamentos. Assim, o conceito de sociedade, para Piaget, é epistemológico. Sua preocupação é esclarecer “a relação da sociedade com a natureza, do indivíduo no interior da sociedade e do estatuto (individual ou social) da lógica” (p. 36). Não há dimensão histórica nem política no pensamento piagetiano, diz-nos Freitag.

No ensaio “Kant e Piaget: Razão Teórica e Razão Prática”, a autora analisa as raízes kantianas da teoria e faz referência, simultaneamente, à epistemologia e à psicologia genéticas do teórico de Genebra.

A presença de Kant na obra de Piaget fica explícita para aqueles familiarizados com o pensar filosófico e com o trabalho de Kant, mas a estes falta a sustentação possibilitada por uma

análise minuciosa passível de ser elaborada por um estudioso de Piaget. Para os psicólogos da educação e para educadores de um modo geral, leitores de Piaget, nem sempre aquela presença se revela. Isso pode levar a uma interpretação simplista da obra piagetiana, no que se refere à concepção de conhecimento e, portanto, do significado do *pensamento lógico* ou *inteligência*. Freitag põe em evidência a presença de Kant na obra de Piaget, defendendo duas teses, segundo ela aparentemente paradoxais: “1ª tese: Kant fornece a matriz para a obra de Piaget, havendo uma correspondência termo a termo entre os blocos temáticos estudados (tese da homologia); 2ª tese: Piaget supera a obra de Kant no sentido clássico da *Aufhebung* hegeliana, negando-a e reasentando-a em novas bases (teses da diferença)” (p. 46).

Nesse ensaio, a autora mostra a arquitetura e conceitos-chave em Piaget. Evidencia o esquematismo da *razão teórica* kantiana, ou seja: cabe ao juízo associar a imagem ao conceito, ao entendimento, fornecer a regra ou o esquema que permite a síntese do múltiplo na unidade da consciência. Esse esquematismo em Kant é enigmático. Piaget, segundo Freitag, procurou decifrá-lo. Para tanto, diz, ele examina, passo a passo, a formação de tais esquemas desde o nascimento do bebê até a formação do pensamento adulto. Conseguem, ele e seus colaboradores, *operacionalizar* o pensamento filosófico de Kant, traduzindo-o em termos científicos. Confirmam a universalidade dos instrumentos e mecanismos do pensamento, postulados por Kant. Mas, também, sublinham o “aspecto dinâmico (genético) inerente ao próprio trabalho de elaboração desses instrumentos” (p. 65), ressaltando o caráter dinâmico de toda e qualquer produção do conhecimento. Bárbara Freitag

ênfatiza, ainda, a relação dialética estabelecida entre os instrumentos e o produto do conhecimento, segundo a concepção de Piaget. Ela diz que essa relação “cria uma dinâmica que se assemelha, como Goldman muito bem lembrou, à relação dialética entre forças produtivas e relações de produção em Marx. Assim como este parte de uma concepção de formações societárias dinâmicas e abertas, Piaget pressupõe o sistema do conhecimento como um sistema aberto e dinâmico, graças aos dinamismos embutidos nos próprios mecanismos e instrumentos de conhecimento, em permanente renovação” (p. 65).

No campo da *Razão Prática*, “o cerne da Teoria Moral de Piaget coincide com o de Kant” (p. 54). Piaget centra sua atenção na autonomia da razão, no respeito à norma, na idéia de justiça, temas que são centrais à ética kantiana: “Como Kant, Piaget defende o caráter racional da autonomia, da vontade moral. Mas, ao contrário de Kant, essa autonomia não é um dado e, sim, o produto de uma gênese, uma *conquista* da consciência moral infantil... A idéia de Justiça não deriva do *a priori* do imperativo categórico, mas da cooperação praticada no grupo” (p. 54).

No ensaio “Piaget e Habermas: Uma Nova Teoria do Eu”, Bárbara Freitag procura mostrar como as pesquisas de Piaget e colaboradores alimentam e enriquecem a teorização de Habermas, filósofo contemporâneo herdeiro da tradição crítica do pensamento da Escola de Frankfurt. Afirma: “No referido ensaio procuro mostrar como Habermas recorre à teoria do egocentrismo e da descentração do *jovem* Piaget, para descrever e analisar a constituição do Indivíduo enquanto *Eu* autônomo e elaborar sua própria Teoria da Ação Comunicativa” (p. 12).

Vale a pena fazer uma incursão nesse ensaio e tomá-lo como ponto de partida para um estudo sobre a compreensão que se tem do *Eu*, quando se olha sob a perspectiva piagetiana, analisando-se os trabalhos de Piaget, Kohlberg e seguidores; da teoria do papel, vendo-se os estudos de Georg Herbat Mead, Talcot Parsons e de outros; dos trabalhos de Jürgen Habermas. Nota-se que a concepção piagetiana evidencia o princípio do “indivíduo ativo, que no final de sua psicogênese é cognitivamente competente para reconhecer e reconstruir o mundo da natureza externa e das leis que a governam, que desenvolveu uma razão comunicativa (pensamento socializado) que lhe permite assumir o ponto de vista do outro e elucidar seu próprio pensamento, de tal forma que este outro o compreenda. Finalmente, trata-se de um indivíduo moralmente consciente, autônomo em seus julgamentos e responsável por seus atos, que não se submete a uma norma sem exame prévio de sua necessidade e legitimidade” (p. 70).

Essa é uma concepção que privilegia a interação homem-meio (meio físico e social), que privilegia a competência cognitiva (que abrange a competência lingüística e a de assumir o papel do outro), que privilegia a intersubjetividade, entendida como comunicação lingüística e que cultiva o indivíduo racional e autônomo. Nessa abordagem, mesmo o *dilema moral* (Kohlberg) é decidido racionalmente pela eleição do princípio de justiça. A *consciência de si* é vista como emergindo da necessidade de o indivíduo impor-se aos outros, para fazer valer a própria posição em contraste com os demais (competência comunicativa de Habermas). Então, *psicogênese do Eu* que reconstrói etapas de formação da consciência pode, por isso mesmo, ser compreendida

como a psicogênese do *sujeito do conhecimento, do sujeito epistêmico de Kant*” (p. 74).

Com esse ensaio, Bárbara Freitag traz ao campo das ciências sociais do séc. XX a preocupação com a compreensão do *Eu*. Cabe àqueles que têm essa preocupação procurar ver o que se esclarece quando se olha o *Eu* sob a perspectiva da obra de Piaget e seguidores e perguntar-se se apenas o *Eu-epistêmico* responde pelo *si-mesmo*.

Participação na Universidade: Retrato em Preto e Branco

Maria Rita Santana*

PENTEADO, Silvia Ângela Teixeira.
Participação na Universidade: retrato em preto e branco. São Paulo, Pioneira, Coleção Novos Ubrais, 1991,

Trata-se de uma obra baseada em dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP, em 1990. É uma reflexão sobre a “participação” na universidade com ênfase nas questões da administração. Tem uma apresentação cuidadosamente redigida pelo Prof. Arnaldo Niskier e no prólogo a autora, Prof^ª Sílvia Ângela Teixeira Penteado, indi-

* Doutoranda em Educação, Faculdade de Educação/UNICAMP.